

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. CLÍNICA JURÍDICA	5
3. IMPORTÂNCIA SOCIAL DAS CLÍNICAS JURÍDICAS	6
4. UMA FACULDADE DE DIREITO, UMA CLÍNICA JURÍDICA	7
5. CLINICA JURÍDICA TEMA INTERDISCIPLINAR	9
6. CLÍNICAS JURÍDICAS INOVAÇÕES	12
7. CONCLUSÃO	13
8. REFERÊNCIAS	15

SOLUÇÕES PARA O ENSINO JURÍDICO BRASILEIRO
IMPLANTAÇÃO DAS CLÍNICAS JURÍDICAS NAS ACADEMIAS DE
DIREITO

Robert José Pereira¹

RESUMO: Tendo como objetivo apresentar a importância da prática jurídica ao curso de direito, o presente artigo proporciona uma visão das clínicas jurídicas aos moldes das utilizadas nas universidades Norte Americanas, informando alguns detalhes e apontamentos sobre a relevância das clínicas jurídicas.

PALAVRAS-CHAVE: Prática jurídica; Clínica jurídica.

ABSTRACT: Having as objective to present the practical importance of the legal one to the right course, the present article provides a vision of the legal clinics to the molds of used in the American universities the North, informing some details and notes on the relevance of the legal clinics.

KEY WORDS: Practical legal; Legal clinic

¹ Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça do Paraná, Mestre em Direito pela Universidade Paranaense, especialista em Direito pela Escola da Magistratura do Paraná.

1. INTRODUÇÃO

O ensino jurídico brasileiro vem sofrendo uma transformação lenta e gradativa, assumindo em algumas – nos dizeres da professora Jussara Nasser Ferreira² - “academias” de direito, formas modernas de ensino e aprendizagem.

Algumas instituições de ensino vêm ao longo dos anos se modernizando, alcançando ótimos níveis de ensino - *é o meio fundamental do processo intelectual dos alunos e abrange a assimilação de conhecimentos* - e conseqüentemente de aprendizagem que *é como as pessoas apreendem, quais as condições externas e internas que o influenciam*”. (LIBÂNEO, 2006).

Um dos piores problemas, senão o maior, no ensino jurídico, é a apatia e a estagnação dos métodos de ensino, tendo como principal, e geralmente único, o método de aulas expositivas, sem qualquer outro recurso, inovador ou não.

Desta forma, as mais conceituadas escolas de direito passaram a alterar seus planos de aula, introduzindo diversos métodos de ensino, especialmente para aumentar o interesse do aluno estimulando-o a estudar e participar efetivamente da vida acadêmica.

Deste modo as “academias” vêm se transformando, alterando seus métodos e aplicando novos conceitos para o aperfeiçoamento do ensino jurídico.

Um dos maiores avanços das faculdades de direito são os chamados núcleos de práticas jurídicas, ou clínicas jurídicas, locais estes, onde o aluno tem contato direto com os problemas que enfrentará em futuro próximo, vez que ali passara a atuar como advogado – sempre monitorado por um professor – atendendo a população menos favorecida facilitando o acesso a justiça e aprimorando sua aprendizagem.

² Professora Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira é doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é funcionária da Universidade Estadual de Londrina, professora titular da Universidade Paranaense, Coordenadora do Instituto Brasileiro de Direito de Família - Núcleo Londrina, Membro de corpo editorial da Argumentum - Revista de Direito da Universidade de Marília, Membro de corpo editorial da Scientia Iuris (UEL), Membro de corpo editorial da Revista de Direito da UNIFIL e Membro de corpo editorial da Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR.

Esta transformação, muito importante para o sistema universitário-jurídico, porém, pode não ocorrer conforme o esperado, vez que houve uma proliferação desordenada de cursos de direito espalhados por todo o país. Desta forma, muitas destas novas, e algumas das antigas faculdades de direito não estão preparadas para esta transformação, ficando comodamente, a prestar seus serviços de ensino de modo antiquado e menos produtivo, utilizando apenas aulas expositivas e o mínimo exigido para a implantação do curso, vindo o aluno posteriormente notar que a sua formação foi insuficiente, não tendo ele conhecimentos técnicos e práticos para uma sua atuação profissional.

Deixando para outra oportunidade a questão da proliferação dos cursos, e não perdendo o enfoque real tema a ser abordado - alterações necessárias ao curso de direito – primeiramente, deve-se colocar a importância das novas técnicas de ensino frente a resistência impostas pelos defensores do monopólio das aulas expositivas nos cursos de direito, que na maioria das vezes são professores extremamente dogmáticos irredutíveis a mudanças.

Assim sendo, vê-se quão importante é a implantação dos núcleos ou clínicas jurídicas, a fim de modificar esta estrutura estagnada dos cursos de direito. Porém, não basta apenas a instalação dos núcleos jurídicos, para uma plena modificação e melhoramento dos cursos é necessária uma total reformulação, envolvendo todo corpo docente da instituição, com o mesmo propósito, qual seja, promover um aprimoramento do curso de direito preparando profissionais conscientes.

2. CLÍNICA JURÍDICA.

As chamadas clínicas jurídicas começaram a ser utilizadas do direito norte americano há algum tempo, porém somente a partir da década 60 é que realmente tomou força esta iniciativa (JOY, Peter A, 2006)³.

Nos Estados Unidos estas clínicas jurídicas – chamadas aqui de escritórios modelo ou núcleos de prática jurídica – são comuns em todas as faculdades, vez que criados e tem sua manutenção custeada pelas próprias faculdades.

Nestas clínicas os alunos tratam com casos reais e com os próprios clientes, geralmente pessoas necessitadas que não possam contratar um advogado. Os casos são reais, pois, além de beneficiar a sociedade, a aprendizagem é maior, vez que o interesse e a responsabilidade do aluno é muito maior.

No Brasil, este sistema de clínicas jurídicas vem sendo adotado a passos muito lentos, vez que somente algumas universidades entendem ser necessário a utilização desta técnica. Porém a maioria das faculdades de direito ainda dispõe apenas de aulas expositivas, sendo que as aulas práticas, se podemos chamá-las assim, se restringem ao manuseio de cópias de processos já extintos, ou simulações de processos e que os alunos não dão importância, pois, não há nada em jogo, sabem tratar-se somente de uma simulação.

As clínicas também não se comparam com estágios feitos em escritórios ou em órgão públicos, vez que não estão compromissados com a aprendizagem, somente, na maior parte das vezes, estão interessados em pessoas para trabalharem ganhando bolsas auxílio sem qualquer vínculo. De modo contrário, as clínicas jurídicas organizadas e administradas pelas universidades têm como único compromisso o ensino e a aprendizagem, fazendo isso em interesse da instituição, dos alunos e por consequência a própria sociedade, tendo em vista que a pessoas atendidas não teriam a condição de contratar um advogado e pagá-lo pelo serviço prestado.

³ Peter A. Joy é professor de Direito da Escola de Direito St. Louis, Universidade Washington, em St. Louis, Missouri – onde dirige a Clínica de Justiça Criminal –, e também ensina Ética Jurídica e Prática de Julgamentos. É ex-presidente da Associação de Educação em Clínicas Jurídicas (CLÉA), uma entidade com mais de 700 professores de Direito que lecionam em clínicas nos Estados Unidos, e ex-presidente da Seção de Educação em Clínicas Jurídicas da Associação de Escolas de Direito dos EUA (AALS). É autor de várias resenhas sobre educação em clínicas jurídicas e ética jurídica

3. IMPORTÂNCIA SOCIAL DAS CLÍNICAS JURÍDICAS.

A intenção de se criar em cada academia de direito, uma clínica jurídica é de extrema importância para o lado empírico do aprendizado jurídico. Esta iniciativa visa consolidar e estender, com o tempo, um grande número de advogados com sentimento voltado aos direitos humanos, interessados em ampliar as reformas legislativas e intensificar a aplicação de leis neste sentido.

Desta forma, estão aumentando as aptidões dos advogados envolvidos em provocar litígios com interesse público-constitucional, alimentando uma cultura de serviço público na profissão jurídica.

A modificação esperada na cultura, normas e práticas jurídicas são necessárias para consolidar a transformação do direito, que não se produz do dia para noite. É necessário muito investimento no desenvolvimento humano e institucional. A iniciativa de justiça adota uma estratégia a longo prazo, que totalmente realizada, diminuiria sensivelmente o grande problema do acesso a justiça.

Pode-se dizer que este trabalho de acesso a justiça, por meio de advogados públicos (defensoria pública) é dever do Estado, porém, no Brasil são poucos os estados federados que possuem esta instituição formada e atuante, desta forma as clínicas jurídicas podem ser uma grande arma contra a exclusão que ocorre normalmente na justiça brasileira.

As clínicas jurídicas podem atuar em qualquer área do direito, e não somente nas áreas criminais e de família como ocorre normalmente nos escritórios modelo. Ações de indenização, contratos, direito tributário, previdenciário, até mesmo em casos adstritos aos juizados especiais, vez que estes estão com um imenso número de processos, além é claro do direito penal e de família que já são objetos de trabalho.

Destarte, as clínicas jurídicas seriam consideradas pontos principais da inclusão social viabilizando o acesso a justiça dos menos favorecidos, solucionando de certo modo a deficiência do Estado em proporcionar proteção jurídica a todos.

4. UMA FACULDADE DE DIREITO, UMA CLÍNICA JURÍDICA.

Um programa de desenvolvimento da aptidão jurídica identificaria possibilidades para os futuros advogados - aprender pela prática – pela atuação direta e indireta em litígios, realizando conseqüentemente a assistência judiciária técnica.

As aptidões jurídicas podem se desenvolver, estendendo e profissionalizando os núcleos de prática jurídica, funcionando como verdadeiras defensorias para a assistência jurídica, disponibilizando bolsas de estudo aos interessados em um aperfeiçoamento ao estudo de direitos humanos, erigindo e apoiando programas, focados em aproveitar as aptidões, centrados na formação de juristas como parte integrante de esforços mais vastos de preconização de políticas públicas.

Nos Estados Unidos, metade dos alunos que fazem estágio os fazem dentro das universidades, nas clínicas jurídicas, conforme informa Peter Joy:

Mais de 15 mil acadêmicos de Direito, ou cerca de 35% dos graduados de faculdades de Direito aprovadas pela ABA, fazem cursos em clínicas internas a cada ano. Além disso, por volta de 15 mil estudantes de Direito participam de estágios externos. Nos Estados Unidos, atualmente, a faculdade de Direito moderna oferece aos estudantes a oportunidade de participar desse tipo de curso. (JOY, Peter A., 2006).

O professor Peter Joy, compara as clínicas de direito as “residências” médicas ou a projetos elaborados por engenheiros, afirmando assim a real importância das clínicas aos alunos do curso de direito “Dessa forma, o aprendizado em clínicas jurídicas é muito semelhante às formas de aprendizado experimental que os estudantes de medicina e de arquitetura recebem como parte de sua educação profissional” (JOY, Peter A., 2006).

Os professores assim, são orientadores indicam o caminho a ser seguido, nas palavras de Paulo Freire “É nesse sentido que ensinar não é transmitir conhecimento, conteúdos nem *formar* é ação pela qual o sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado” (FREIRE, Paulo, 2006).

Assim sendo, se cada academia deveria proporcionar aos alunos uma clínica jurídica, integrando de modo total o aluno ao sistema jurídico.

5. CLINICA JURÍDICA TEMA INTERDISCIPLINAR

O ensino jurídico clínico, ou prática jurídica, é essencialmente em um tema interdisciplinar. Se dirigido com integridade pedagógica, intensifica e qualifica o ensino e ajudará a criar, nos estudantes de direito, uma base que lhes conferirá, ao longo de toda a sua carreira, maior sentido de compromisso profissional e um respeito do serviço público. As clínicas jurídicas ou os núcleos de práticas jurídicas oferecem igualmente serviços necessários para a comunidade, para além da sala de aula, sobre um vasto leque de perguntas jurídicas. Em última análise, os núcleos jurídicos imergem o sentido jurídico universitário – os estudantes e também os professores – transformando os alunos em atores, e não simples observadores.

O ensino jurídico prático define-se de diferentes maneiras através do mundo. As clínicas podem utilizar as instalações da faculdade de direito ou podem ser estruturadas externamente em virtude das quais os estudantes trabalham em escritórios advocatícios sob a direção de advogados preparados e dispostos a passar conhecimento do exercício da profissão, porém como dito anteriormente é arriscado ao aluno, pois, pode estar sob orientação de um profissional que não se comprometa com o aprendizado, caso contrário, que este trabalho não seja creditado essencialmente às faculdades de direito.

Empreendido numa faculdade de direito, um programa clínico pode utilizar casos reais ou hipotéticos. As simulações de casos reais constituem frequentemente a base dos cursos clínicos, familiarizando assim os estudantes com o exercício do direito num ambiente controlado, podendo desse modo ser aplicados em um primeiro momento. Nestes núcleos de práticas, ainda primários, os estudantes não representam diretamente os clientes, mas atuam como braços jurídicos da faculdade, comandados por professores competentes e bem intencionados a fim de preparar os alunos para o futuro profissional. Evidente que em um segundo momento, os alunos poderiam atuar diretamente na defesa de seus clientes, por óbvio com autorização da Ordem dos Advogados. Como acontece nas clínicas americanas, onde os alunos possuem uma licença limitada para a atuação em defesa de seus clientes, conforme apresenta Peter Joy:

Além disso, as normas da prática advocatícia por estudantes nos Estados Unidos concedem aos estudantes de Direito uma licença limitada para a prática jurídica, com a condição de receberem supervisão do corpo docente da clínica ou de advogados. Os estudantes certificados sob essas normas também negociam com advogados em nome de partes contrárias e representam clientes perante tribunais, agências administrativas e outros órgãos. Em quase todas as jurisdições, as normas da prática advocatícia por estudantes são elaboradas para facilitar o duplo objetivo da educação em clínicas jurídicas: (1) ensinar aos estudantes habilidades advocatícias e valores profissionais por meio de experiências reais; e (2) fornecer serviços jurídicos necessários a clientes habitualmente impossibilitados de arcar com os custos da consultoria jurídica. (JOY, Peter A., 2006).

De outro ponto, as clínicas jurídicas são métodos eficientes de avaliação do desempenho dos alunos, pois, não exigem que os alunos decorem a matéria a ser aplicada, pelo contrario exige conhecimento teórico para que o utilizem na prática do atendimento aos clientes, na feitura de peças, enfim, na prática forense. Deste modo, a avaliação torna-se contínua em todo o processo das clínicas. Como bem explica o professor Celso Hiroshio Iocohama sobre a avaliação contínua:

O ideal seria que a avaliação fosse uma atividade constante, praticada desde o primeiro dia do avaliador e o avaliado, permitindo, assim, uma noção concreta do crescimento de ambos, decorrentes de um processo de ensino-aprendizagem eficaz. (IOCOHAMA, Celso, 2004).

Afirma também, agora sobre a relevância da aplicação prática do ensino teórico, Celso Iocorama:

O professor deve questionar, de modo crítico e analítico, *se o que pretende avaliar tem valia* para o aluno (em sua formação e futuro); se o assunto realmente lhe será útil em qualquer situação concreta da sua vida. (IOCOHAMA, Celso, 2004)

Estas afirmações, contribuem sensivelmente com a importância do estudo em clínicas, vez que estas demonstram para que o aluno necessita dos ensinamentos teóricos, sendo estes eficazes para seu futuro jurídico.

6. CLÍNICAS JURÍDICAS INOVAÇÕES.

Voltados, os núcleos de práticas jurídicas, a serviços da comunidade fazendo com isso um verdadeiro serviço social aliado de um grande aprendizado jurídico. Um modelo largo de núcleo de prática, frequentemente designado direito da rua⁴, oferta um ensino sobre a lei e os direitos aos estudantes ou grupos particularmente vulneráveis, como os presos criminais. Outras clínicas fornecem serviços de direito transacional, como por exemplo, em matérias pertinentes aos juizados especiais, arrolamentos sumários e etc.

Este trabalho deve ser o supervisionado rigorosamente pelos professores da instituição de ensino e estipulando um número limitado de casos, o que permite aos estudantes aprender pela prática fornecendo ao mesmo tempo um atendimento supervisionado e de nível aos que procuram o núcleo.

O ensino jurídico clínico, prestado nos núcleos de práticas leva o aluno a vida real do direito, demonstrando como utilizar a teoria aprendida em sala de aula na prática forense. O núcleo compreende habitualmente uma vertente pedagógica assim como uma vertente prática. Fazendo com que o aluno, refletindo cuidadosamente às suas atividades empreendidas em nome dos seus “clientes”, eles pode começar a compreender algumas das verdadeiras perguntas da ética e de valores da profissão e as instituições jurídicas. Os verdadeiros núcleos extraem a teoria da prática. Outra vez nas palavras do professor Peter:

O principal objetivo da metodologia de ensino em clínicas é fazer que eles lidem com os mesmos tipos de problemas de clientes enfrentados pelos advogados na prática, identificando-os e procurando solucioná-los com a supervisão de docentes e algumas vezes de outros advogados, bem como pratiquem a autocrítica e ouçam as críticas de professores ou advogados supervisores. (JOY, Peter A., 2006).

⁴ *Direito Achado na Rua* foi a expressão criada por Roberto Lyra Filho para pensar o Direito derivado da ação dos movimentos sociais, ou seja, como modelo de legítima organização social da liberdade; o *Direito Achado na Rua* é o encontro dos *Novos Movimentos Sociais* e o Direito, indo além do legalismo, procurando encontrar o Direito na "rua", no espaço público, nas reivindicações do povo.

7. CONCLUSÃO

As clínicas jurídicas em primeiro lugar oferecem uma possibilidade de ensino estruturada e única que permite aos estudantes observar a representação efetiva ou simulada de casos jurídicos ou de fazer experiência própria, desvendar suas aptidões, os valores e a ética, todos adequados nesta experiência de ensino e aprendizagem.

Da mesma forma, em certos contextos, as clínicas constituem um complemento (e não uma substituição) importante da prestação de serviços jurídicos necessários a pessoas que não teriam diferentemente acessos ao sistema jurídico, visto que as defensorias públicas – instaladas e atuantes existem em poucos estados – continuam ser o principal órgão de prestação de serviços jurídicos aos menos favorecidos.

Também, certas clínicas oferecem aos estudantes a possibilidade de fazer uma experiência direta de satisfação de trabalhar com o interesse público e de aproveitar deste espírito para tornar-se juristas responsáveis.

Possibilitam a utilização de métodos de ensino prático incita os estudantes a trabalhar e aplicar o direito de modo que não permitam geralmente os cursos ou as conferências teóricos.

Bem como, os professores clínicos fazem importantes contribuições para o desenvolvimento avaliando as aptidões e as teorias da prática jurídica, o que intensifica as relações entre a advocacia, judicatura e outras carreiras e o mundo universitário.

Por último, as clínicas esforçam-se para reforçar o sentimento de sociedade civil, favorecendo um sentido de responsabilidade profissional nos juristas e a prestação de serviços jurídicos às populações menos favorecidas e vulneráveis.

As clínicas constituem uma das inovações mais bem sucedidas do ensino jurídico nas algumas últimas décadas. As clínicas nos Estados Unidos a partir dos anos 60 auxiliaram a formação jurídica prática que agora faz parte do regulamentar do ensino jurídico nos Estados Unidos. O ensino clínico vem sendo gradativamente ampliado para outros países além dos Estados Unidos, em todos os continentes como a África, a Ásia, a Europa e a América Latina.

Além de servir da comunidade, os professores clínicos desenvolveram um corpo que avalia sobre as aptidões – entrevistas, teoria dos casos, counseling (consultas), negociação, defesa em primeira instância, soluções extrajudicial de conflitos, assim como um conhecimento da ética profissional. Os especialistas têm contribuído de forma eficaz para o corpo docente no exercício efetivo do direito, conjugado com professores com um sentido de interesse público, e o desenvolvimento de programas diligentes voltados a inclusão social e acesso a justiça.

8. BIBLIOGRAFIA

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, 34ª Edição, Ed. Paz e Terra, 2006.

GIL, Antônio Carlos, **Didática do Ensino Superior**, Atlas, pg. 57/78. São Paulo, 2006.

HORÁCIO, Wanderlei Rodrigues, **Ensino jurídico: para que (m)?**, Fundação Boiteux.
Hugo Thamir Rodrigues, **Ensino jurídico e a dignidade da pessoa humana**. V. pg. 91/191. Florianópolis, 2000.

IOCOHAMA, Celso Hiroshi, **Posturas Reflexivas para uma avaliação da aprendizagem no curso de direito**, EDUCERE, Revista da Educação, p.117-139, vol. 4, n. 2, jul/dez, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez. 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos, **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14ª ed, São Paulo: Cortez, 2002.

NÉRICI, Imídio Giuseppe, **Superação pela educação: o caminho para a solução de dificuldades pessoais e sociais**. São Paulo: Ibrasa, 1991.

PETER, A. Joy, Acadêmicos de Direito no Tribunal: Facilitação do Acesso à Justiça, disponível em <http://usinfo.state.gov/journals/itdhr/0804/ijdp/joy.htm#top>. Acesso em 20.11.2006.